



CAMINHOS DO AGROTURISMO: novos rumos com o capital social e possibilidades na Amazônia Legal

PATHS OF AGROTURISM: new directions with social capital and possibilities in the Legal Amazon

Sylvana Kelly Marques Da Silva*
Luiz Demicoétrio Janz Laibida**
Josenildo Campos Brussio***
Felicidade da Juliana Chic****

RESUMO: O texto aborda o sentido historicamente atribuído ao conceito de capital social, dos autores clássicos até sua difusão na contemporaneidade, o que direciona a compreensão do capital social como elemento de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico. Propõe-se tomá-lo como instrumento de estímulo ao empreendedorismo e inovação por intermédio do agroturismo que prioriza a geração de renda com o acolhimento aos aspectos culturais das comunidades, como as regiões de comunidades tradicionais na Amazônia Legal. A junção entre o capital social e o agroturismo é profícua, já que dão base a princípios como aprendizado interativo, cooperação e solidariedade, elementos nucleares na construção da autonomia na esfera produtiva e de geração de poder de decisão nas esferas sociais. Por fim, observa-se possibilidades de ações efetivas tomando o capital social com vistas à transformação de realidades periféricas, como no caso da região na Amazônia Legal.

Palavras-chave: Capital social; Empreendedorismo; Inovação; Agroturismo; Amazônia Legal.

ABSTRACT: The text addresses the meaning historically attributed to the concept of social capital, from the classic authors to its diffusion in contemporary times. What directs the understanding of social capital as an element to stimulate socioeconomic development. It is proposed to take it as an instrument to stimulate entrepreneurship and innovation through agrotourism that prioritizes the generation of income by welcoming the cultural aspects of communities, such as the regions of traditional communities in the Legal Amazon. The junction between social capital and agritourism is fruitful, since they support principles such as interactive learning, cooperation and solidarity, core elements in the construction of autonomy in the productive sphere and the generation of decision-making power in the social spheres. Finally, there are possibilities for effective actions taking social capital with a view to transforming peripheral realities, as in the case of the region in the Legal Amazon.

Keywords: Social capital; Entrepreneurship; Innovation; Agritourism; Legal Amazon.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Professora Adjunta do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/São Bernardo. E-mail: sylvana.kelly@ufma.br.

** Doutor em Sociologia pela UFPR. Professor de Sociologia do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná. E-mail: luizdemetrio10@gmail.com.

*** Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da UFMA/Campus de São Bernardo. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPENADEC), na linha de pesquisa 1: "Imaginário, cultura e meio ambiente". E-mail: josenildobrussio@gmail.com.

**** Professora na Escola Superior de Hotelaria de Turismo de Inhambane. Mestre em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: fhicico@yahoo.com.br.



1 Introdução

O capital social, entre as exportações da teoria sociológica, constitui-se em um dos conceitos mais discutidos, tanto no âmbito sociopolítico e econômico, quanto nas revistas acadêmicas de diferentes áreas e de grande circulação, utilizado de variadas formas (ALBAGLI; MACIEL, 2002; 2004). Contudo, o seu uso indiscriminado em contextos diversos muitas vezes reduz a sua significação. É um conceito que tem destacado as estruturas sociais como fonte de poder e de influência que são utilizadas pelos indivíduos para a concretização de seus objetivos.

O capital social como signo de mobilização para favorecimento de distintos acessos em campos da organização política, econômica ou comunitária tem seu germen nos escritores clássicos do pensamento social: Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel. Com destaque para o filósofo alemão Karl Marx que, em parceria com Friedrich Engels, difundiu o conceito de capital por meio de seus estudos econômicos, políticos e filosóficos que refletiam de modo multilateral a formação social capitalista. Essas reflexões são determinadas pelas crises sociopolíticas vivenciadas na Europa do séc. XIX, com instabilidade política e variações no tecido social que permeia todos os aspectos do cotidiano do indivíduo europeu por meio da instância econômica e suas intermediações entre a ciência, tecnologia, desenvolvimento, força produtiva e industrialização, trata-se de um contexto turbulento que desemboca em uma “era dos extremos”, como cunha Hobsbawm (1997).

No sistema capitalista não há uma lógica necessária que aponte para o pleno desenvolvimento da indústria e da centralização do capital e, nas regiões periféricas e rurais há uma tendência para a exportação de alimentos e matérias-primas, concentrando-se em um ou poucos bens primários. Com a industrialização, novos padrões de desenvolvimento são estabelecidos, conduzindo as relações *complexificadas*, cuja participação das regiões periféricas é incipiente e sazonal, limitando seu desenvolvimento econômico e social. Um contraste com os centros que atuam com a diversificação de ofertas e produtos. Para o incentivo da dinamização do econômico e do social, diferentes autores têm apontado para o agroturismo como uma atividade de grande potencial para estimular o desenvolvimento desse espaço rural (CAMPANHOLA; SILVA, 1999; 2000; GUZZATTI, 2003; RIVEROS; BLANCO, 2003).



Na Amazônia Legal¹, há uma dinâmica territorial diferenciada de apropriação da terra, pelas diversas formas de ocupação e formação do território, além dos problemas de desmatamento e expansão de atividades agropecuárias, da exploração de madeiras e garimpos legais e ilegais que causam danos ambientais à região amazônica ao longo dos anos. Os sistemas de produção desenvolvidos empiricamente tendem a se agravar em função dos meios de integração da produção agropecuária à floresta, onde as práticas de produção não levam em conta o equilíbrio ecológico, incorrendo em desequilíbrio das formas de sobrevivência em todas as suas dimensões e consequente fragilidade territorial (PUPIO; ASSIS, 2017).

Ao indicar o agroturismo nos espaços rurais, leva-se em conta a diversificação das atividades e das fontes de renda que o envolvem, uma vez que sua implementação proporciona a revalorização da atividade agrícola, dos recursos naturais, culturais, e ainda estimula o desenvolvimento do artesanato local e de outras atividades correlatas à agricultura. Pelas suas características, a atividade aparece, também, como um meio para estimular a coesão social, o empreendedorismo e a inovação no meio rural, e com isso auxiliar na superação das limitações vivenciadas nessas regiões.

O estudo inscreve-se na necessidade de se abordar historicamente o sentido atribuído ao conceito de *Capital Social*, para que em âmbito discursivo compreenda-se como esse capital, observado diante dos agentes coletivos, pode se constituir em um instrumento capaz de estimular o empreendedorismo e a inovação com a implantação do agroturismo em regiões periféricas mediando práticas, ou alternativas, de desenvolvimento. Ou seja, em uma questão mais aberta, pode-se pensar como os capitais sociais dos agentes coletivos se efetivam, coexistem ou não com outras esferas de poder ou mesmo são antagônicos para a constituição de autonomia e de geração de renda em territórios onde se insere o agroturismo?

Para o desenvolvimento do artigo realizou-se uma pesquisa de análise teórico-conceitual de caráter exploratório e interpretativo, com foco nas propostas dos autores clássicos do pensamento social que dão as bases para os pensadores contemporâneos construírem o conceito de capital social. Analisa-se os referenciais que direcionam a compreensão do agroturismo e também

¹ Segundo IBGE (2014), a Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, bem como pelos Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º. Possui uma superfície aproximada de 5.217.423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.



do cenário de inovação e empreendedorismo em torno desse segmento, com o confronto e as mediações necessárias das referências que discorrem sobre as temáticas do capital social, empreendedorismo, inovação e agroturismo construindo uma ponte entre os autores na articulação das ideias capazes de orientar e alcançar as ações efetivas com vistas à transformação de realidades periféricas, em especial, na região da Amazônia Legal.

2 O capital social

2.1 Os gérmenes dos clássicos do pensamento social na base do conceito de capital social

O conceito de capital social, como abordado na introdução, constrói-se por meio do pensamento de base dos autores clássicos, Karl Marx (1983; 1991), Émile Durkheim (1978), Max Weber (1977; 2000) e Georg Simmel (1967; 2005; 2006). As reflexões dos autores escolhidos enfatizaram e problematizaram as particularidades dos fenômenos sociais sob as condições sócio históricas da Europa do século XIX. Época da consolidação do capitalismo em consonância com a tríade ciência-técnica-indústria.

Com efeito, ao mesmo tempo que se propagava as benfeitorias do progresso técnico e econômico, presenciava-se a pauperização da classe trabalhadora, a urbanização desordenada e as consequências degradantes do trabalho industrial. Testemunhava-se a posição privilegiada da ciência e técnica na reorganização dos processos produtivos, a emergência das relações baseadas na racionalidade e no individualismo e a instabilidade política; com insurreições e guerras, dando margem ao surgimento do que Castel (1998) denomina de questão social. O que provoca novas formas de mal-estar como a alienação, a ausência de sentido de vida e a sensação de dissolução iminente das relações; com o desenraizamento do indivíduo dos costumes e das relações coletivas, da dependência e solidariedades humanas (SIMMEL, 1967; 2006).

Com a dinâmica das transformações socioespaciais, da produção globalizada e das tecnologias, ocorridas principalmente após a Segunda Guerra Mundial, no qual se experimentava uma compressão espaço-temporal, novos pensadores buscaram ir adiante nas interpretações dos clássicos, a fim de encontrar categorias que correspondessem a capitalização das relações sociais e às dinâmicas emergentes. Nesse norte, apontamos como teóricos centrais Pierre Bourdieu (1986a; 1986b; 1998; 2007), James Coleman (1988) e Robert Putnan (2002). Os autores ao analisarem os espaços sociais em relação aos distintos acessos e avanços sociais – que tangencia as desigualdades



sociais ou mesmo níveis de desenvolvimento socioespaciais – apreendem que para além dos bens materiais e objetivos há uma série de recursos subjetivos e simbólicos capazes de conferir posições e possibilidades de tomadas de decisões estratégicas, ante aos condicionamentos sociais, para a aquisição individual ou coletiva de bens valorizados em uma sociedade. Nessa direção, no conjunto das suas obras, autônomas entre si, engendraram o conceito de Capital Social.

No conjunto das obras desses autores contemporâneos, acima citados, uma fonte é particularmente importante para a estruturação do conceito de capital social: as análises de Karl Marx (1983;1991), que difunde, antes de tudo, o conceito de capital, em relação à emergência da consciência de classe no proletariado industrial. Quer dizer que, para além de um conjunto de meios de produção, o capital é um produto que penetra no jogo das metamorfoses dos conceitos em sua relação histórico dialética. Para Marx, os trabalhadores envolvidos em uma situação comum aprendem a identificar-se e a apoiar-se mutuamente em prol das suas iniciativas e interesses comuns. Isso gera uma solidariedade, não como o resultado do inculcamento de normas e valores vindos desde a infância (indicado posteriormente por Durkheim), mas como o produto emergente de uma trajetória comum. Nesse sentido, apreende-se que as disposições dos diferentes atores estão localizadas nos limites de uma comunidade, sendo essas disposições solidárias, uma vez que outros membros da mesma comunidade podem, e devem apropriar-se dessas disposições e das suas ações, afirmação que antecede e inspira a formulação do capital social.

Outra influência é a da teoria durkheimiana de integração social; explora a capacidade de sancionamento pelos rituais de grupos, onde valores oriundos de sistemas culturais diversos coexistem e constituem valores em um mesmo território (DURKHEIM, 1978). Como no caso de doações recíprocas, nelas a reciprocidade dos doadores de ofertas são condicionadas socialmente, todavia, a expectativa do ressarcimento não assenta no conhecimento do beneficiário, sim, na inserção de ambos os atores em uma estrutura social comum, dada pelo envolvimento e a participação das comunidades no estímulo de consequências positivas tanto para o indivíduo, quanto para própria comunidade.

A integração social, como apresentada por Durkheim (1978), compreende os diferentes tipos de solidariedades em que os indivíduos se organizam para manutenção da coesão social, insistindo na vida em grupo enquanto antídoto para a anomia e a autodestruição. Albagli e Maciel (2002), afirmam o potencial atribuído ao estímulo à valorização das estruturas e das redes sociais aliadas ao reconhecimento de sua importância, bem como dos benefícios advindos das interações sociais, dos sentidos de partilha, da cooperação e da confiança imbricados nas diferentes formas



organizacionais da sociedade. O que constitui-se em uma dimensão cara à categoria de capital social.

Já Max Weber (1977; 2000), ao indicar em sua sociologia compreensiva que os indivíduos agem em relação a outros indivíduos guiados por motivações que se alicerçam em valores múltiplos constituídos nas interações sociais, deixa claro que esses valores escapam as questões econômicas ou políticas, vinculando-se a outras fontes de distinção e prestígio sociocultural presentes na estrutura social. Também, abarca características de prestígio, honra e estima na constituição das comunidades por intermédio do conceito de “grupos de status”, agregando as dimensões culturais e simbólicas na definição das chances de vida e determinados acessos. Esses aspectos dão a importância da dimensão cultural inerentes ao conceito de Capital Social, uma vez que um conjunto de valores e ações são constituídos historicamente e espacialmente nas comunidades.

Georg Simmel (1967; 2005; 2006), é um clássico que está reproduzido em várias reflexões, mesmo que de modo implícito, sua sociologia constrói chaves de pensamento para a interpretação das interações entre os sujeitos e as suas construções, onde as dinâmicas de socialização criam normas de conformidades que fomentam uma interação circular relacional. Isso posto, entende-se que as comunidades constroem círculos relativamente pequeno e fechado às formas antagonísticas, com vínculos mais sólidos. Entretanto, a medida que o grupo cresce, as demarcações ficam tênues por meio das conexões mútuas, intensificando os fluxos. Esses encontros que podem parecer dissociação é uma forma nuclear de socialização. Nesse sentido, a contribuição ao capital social é imensa porque foi um convite à reflexão sobre a potencialidade da participação social, dos diálogos, das redes, entre outras interações favoráveis a construção dos distintos acessos a bens necessários aos grupos.

2.2 Os pensadores contemporâneos e a estruturação do conceito de capital social

Entre os cientistas sociais contemporâneos a primeira análise sistemática para o termo vem de Bourdieu (2020; 2007; 1998; 1986), que amplia a definição de capital marxista para além do acúmulo de bens e riquezas e inclui formas imateriais tais como os conhecimentos legitimados socialmente, as relações sociais e o acesso a valores culturais como prestígio e honra. Caracteriza assim o capital social como um agregado das relações sociais, de um grupos de indivíduos no âmbito de um relacionamento estável formal ou informal, que pode ser transformado em recursos efetivos



ou potenciais, convertido em acessos, dominação ou posse diante das relações mais ou menos institucionalizadas, seja por meio do conhecimento ou pelo reconhecimento mútuo.²

Bourdieu (1986, p. 249) afirma que “os benefícios angariados por virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis”. A definição do autor torna claro que o capital social se decompõe em dois elementos: em primeiro lugar, a própria relação social que permite aos indivíduos reclamar o acesso aos recursos na posse dos membros do grupo e, em segundo lugar, a quantidade e a qualidade desses recursos. Em síntese, a rede de relações de um indivíduo mobiliza e efetiva acessos e posses estratégicas em seu espaço social. Na perspectiva do autor, a aquisição dos capitais requer investimentos econômicos, sociais e culturais. Os sociais e culturais serão sempre redutíveis ao capital econômico, entretanto, as diferentes formas de produção do capital não são, pois cada um possui sua dinâmica e estabelecem a coerência parcial nos campos, objetivamente determinados (BOURDIEU, 2020; 2007; 1998; 1986).

Muito próxima das utilizações possíveis do capital social para a aquisição de credenciais educativas de Bourdieu (1986; 2007) é a de Coleman (1988) - embora o autor não cite Bourdieu em suas obras. Para Coleman o capital social define-se como um conjunto de entidades que formam a estrutura social de um dado lugar e facilitam as ações dos indivíduos no alcance de certos acessos dentro dessa estrutura, ou seja, o capital social possibilita o alcance de fins que não seria realizável sem a sua existência. Acrescenta que o capital social se constitui no acesso privilegiado as normas de um grupo, todavia, não distingue os recursos sociais da capacidade de obtê-los. Isso é claro na obra de Bourdieu (2007), que define que os acessos aos recursos sociais valorizados estão atrelados ao privilégio de classes. A definição de Coleman é vaga, abrindo precedentes para várias interpretações (PORTES, 2000).

Mesmo com lacunas os estudos de Coleman (1988) conferem visibilidade ao conceito, destacando a sua importância na aquisição de capital humano e identificando alguns dos mecanismos através dos quais é gerado. Acrescenta ao seu conceito de capital social a noção de fechamento, onde um grupo de pessoas limitam-se aos seus laços restritos de relações a fim de garantir a coesão nas normas, evitando ameaças a existência da comunidade. Noção trabalhada por Simmel (1967) ao se referir as pequenas cidades.

² Este tratamento inicial do conceito surgiu em umas “Notas provisórias” publicadas nas *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, em 1980. E, pode ser considerada como a que apresenta maior refinamento teórico entre aquelas que introduziram o termo nos discursos contemporâneos.



A contribuição de Putnan (1993), também é valorosa, principalmente no que tange às questões econômicas, considera que o capital social de uma comunidade está relacionado ao êxito ou fracasso dos projetos de desenvolvimento do território. Para o autor o capital social está intrínseco aos traços da vida social, construídos por meio de redes, normas e confiança com consequências econômicas significativas para o grupo, onde o conhecimento entre os grupos favorece a confiança que atua no favorecimento da ação e da cooperação na realização dos objetivos comuns (PUTNAN, 1993).

Sobre os aspectos econômicos, os laços de solidariedade que ocorrem por intermédio do associativismo favoreceram a confiança e se reflete em amizade (ALVES, 2006). Isso porque se constrói a partir dessas solidariedades no trabalho um elemento central que é a prova do valor individual. Esse valor tem uma configuração chave para o estabelecimento de relações estáveis, de reciprocidade e cooperação entre os agentes econômicos, em que os envolvidos se reconhecem como semelhantes, aprimorando deste modo a eficiência organizacional.

Ao contrário de outras formas de capital, o capital social é intangível, aloja-se nas relações entre os indivíduos a partir das subjetividades contidas nas normas e valores sociais, o que o torna mais complexo no âmbito de compreensão e mensuração, conforme observado por Bourdieu (1986), Coleman (1988) e Putnan (1993). De maneira geral o capital social reside na estrutura das suas relações, ou seja:

Capital social é ainda menos tangível, pois está alojado na relação entre indivíduos e grupos de indivíduos. Do ponto de vista ideológico, capital social pode ser o 'empoderamento' da cidadania, o pluralismo e a democratização. Visto dessa forma, o capital social é um recurso complexo que oferece explicações sobre como os dilemas da ação coletiva podem ser superados. (PATTUSSI *et. al.*, 2006, p. 1526).

Os vínculos, conexões e ligações são dimensões que integram a perspectiva teórica do capital social. Os "vínculos" estão imbricados nas relações horizontais que são exercidas entre indivíduos e grupos com as características demográficas similares e convergem para a melhoria da qualidade de vida por intermédio do agenciamento da compreensão mútua. Já, as "conexões" são redes mais amplas de relacionamentos com outros indivíduos/comunidades, sendo nucleares na conexão de indivíduos e comunidades aos recursos ou oportunidades externas às suas redes de relacionamentos pessoais. Por fim, "ligações" se baseiam nas alianças com indivíduos em posições de poder sobre os recursos necessários para o fomento do desenvolvimento social e econômico (PATTUSSI *et al*, 2006).



De acordo com os diferentes autores que abordam sobre o capital social, percebe-se uma harmonia no que concerne à constituição nas redes de relações sociais entre indivíduos ou grupos de indivíduos, que impingidos pela confiança e cooperação, buscam um objetivo comum e tem o seu campo de atuação mais estável com o apoio obtido dentro da comunidade. Lin, Cool e Burt (2001) e Ximenes (2008, p. 392) unem-se aos autores, ao compreenderem o capital social enquanto um conjunto de recursos imbricados nas redes sociais e que são usados pelos indivíduos que “compartilham um mesmo interesse, num processo de reconhecimento mútuo”. Um investimento nas relações sociais com respostas no acesso a bens concretiza resultados nas relações sociais que são valorizados nas relações de mercado. E, é neste sentido que o conceito tem sido usado mais regularmente.

2.3 O capital social no contexto econômico

Pensar o capital social como impulsionador da economia é algo recente, tendo sido desconsiderado nas análises sobre o desempenho econômico das organizações, bem como no desenvolvimento econômico das comunidades. Albagli e Maciel (2002) destacam que os debates nesse contexto, debruçam-se sobre as desigualdades do nível de desenvolvimento entre regiões com recursos produtivos similares a partir da distinção no capital social.

Autores como Franco (2005), Fukuyama (1996), Furubuton e Richter (2000) Lin, Cook e Burt (2001) e Putnan (2002) indicam que o capital social tem uma influência direta no desempenho econômico, proporcionada pela confiança e reciprocidade inerente ao capital social (ALVES, 2006). Isso porque proporciona:

Compartilhamento de informações e conhecimentos, bem como custos mais baixos, devido a relações de confiança, espírito cooperativo, referências socioculturais e objetivos comuns; melhor coordenação e coerência de ações, bem como maior estabilidade organizacional, devido a processos de tomada de decisão coletivos; maior conhecimento mútuo, ampliando a previsibilidade sobre o comportamento dos agentes, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas e propiciando um maior compromisso em relação ao grupo. (ALBAGLI; MACIEL, 2004, p. 12).

A confiança, reciprocidade e aprendizado interativo tem uma conexão venal com o capital social. Sobre a confiança e a reciprocidade, proporcionam relacionamentos estáveis e duradouros, melhorando a eficiência das organizações e a previsibilidade do ambiente, o que reduz as falhas do mercado. No que se refere às instituições, com destaque para a abordagem da Nova Economia Institucional, advoga-se que elas têm um grande impacto sobre o desenvolvimento



econômico. O aprendizado interativo, tido como obtenção de conhecimentos através das relações interpessoais constantes, além de ser parte integrante do capital social, favorece melhores condições de competitividade e desenvolvimento (ALBAGLI; MACIEL, 2004; ALVES, 2006; PATTUSSI, 2006).

Ao analisar o conceito de capital social de Bourdieu (1986; 2007) pode-se acrescentar que em um sistema comunitário, no qual haveria um acesso democrático das competências culturais específica para manutenção do grupo igualmente para todos, haveria uma grande probabilidade de se reforçar, de maneira harmoniosa, as distribuições de capital cultural do seu público. Dessa forma, expandir-se-ia o acesso e o pleno aproveitamento dos indivíduos pertencentes às famílias menos escolarizadas, pois com a vivência em grupo, seria dado a eles o que teriam dificuldade em acessar, ou seja, um conhecimento cultural anterior necessário para se realizar a contento o processo de transmissão necessário para atingir determinados fins. Nesse âmbito, é possível considerar o compartilhamento de iniciativas entre coletivos sociais, conciliando normas, valores e potencialidades.

2.4 Críticas ao capital social

O conceito de capital social pressupõe a coesão e harmonia no relacionamento entre indivíduos ou grupos de indivíduos. No entanto, os autores que se debruçam sobre a temática alertam para certas particularidades, que não são especificadas com rigor no âmbito do conceito, no que se refere à relação entre os indivíduos, que são as questões de poder, conflitos e os contextos em que a confiança fortifica/fragiliza as relações (ALBAGLI; MACIEL, 2002; ALVES, 2006; PATTUSSI *et al.*, 2006; SILVA; FONSECA, 2006)

Pattussi *et al.* (2006) consideram que o fato do conceito ser estudado pelos benefícios que proporciona aos indivíduos ou às comunidades unidos pela solidariedade e confiança, leva as proposições sem ponderação concisa das potencialidades da insuficiência teórico-metodológicas do conceito. Além disso, também se faz a crítica à etimologia e à emergência do conceito nos Estados Unidos, onde o termo capital expressaria a visão do mundo capitalista, sendo a ação social reduzida a mero processo de acumulação de capital no berço do neoliberalismo (PATTUSSI *ET AL.*, 2006).



Nesse aspecto crítico, as relações intergrupais, encontradas em comunidades altamente solidárias, podem favorecer o aproveitamento parasitário de bens coletivos ou *free-riding*³, na medida em que os membros menos esforçados consigam impor aos mais bem sucedidos exigências apoiadas por uma estrutura normativa partilhada. O capital social dos que realizam as exigências é constituído precisamente pelo acesso privilegiado a recursos de outros membros do grupo. Desta maneira, as oportunidades de êxito sob uma perspectiva empresarial são desperdiçadas.

Em Simmel (1967), as comunidades altamente solidárias, onde todos se conhecem e se fecham aos antagonismos pelas suas exigências de conformidade, estreitam os campos de atuação e restringe os seus sujeitos do desenvolvimento de qualidades próprias e movimentos livres, minando certas liberdades individuais. A privacidade e a autonomia dos indivíduos, na mesma medida, são reduzidas. Nesses casos, o desenvolvimento social com relação a solidariedade grupal procede em direção oposta. Se o grupo cresce – numericamente, espacialmente, em significado e conteúdo de vida – na mesma medida, a unidade direta e interna do grupo se afrouxa e a rigidez da demarcação original contra os outros é amaciada através das relações e conexões mútuas. Ao mesmo tempo, o indivíduo ganha liberdade de movimento para além da primeira delimitação. Com o desenvolvimento social o indivíduo também adquire uma individualidade específica que a divisão de trabalho no grupo tanto favorece, quanto necessita, o que causa uma atmosfera tensa favorecendo o ciúme do todo contra o individual, criando animosidade e um estado de defensiva contra a expansão da comunidade (SIMMEL, 1967).

Visto que para uma vivência espiritual saudável há a necessidade da defesa da autonomia e da responsabilidade pessoal, os constrangimentos à liberdade individual podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de associação de forma negativa, sendo por isso, importante a análise dos aspectos negativos do conceito, pois “a aplicação acrítica do conceito pode resultar em receitas ineficazes, causando desperdício de importantes recursos públicos” (PATTUSSI, 2006, p. 152). Para um tratamento sistemático do conceito tem de se distinguir:

- a) os possuidores de capital social (os que fazem as solicitações);
- b) as fontes do capital social (os que têm acesso às solicitações); e
- c) os recursos propriamente ditos.

³ O free-riding é um termo que literalmente pode ser traduzido do inglês como carona, como viajar de graça. No texto refere-se aos benefícios adquiridos por um grupo que são usufruídos por agentes que não cooperaram, como destacado no próprio texto, um aproveitamento dos recursos de modo parasitário.



Nas discussões em torno da temática, muitas vezes estes elementos se encontram confundidos, como em Coleman (1988), constituindo-se assim o cenário favorável a equívocos em sua utilização, o que pode vir a aniquilar as solidariedades efetivas, a construção de desconfiança e o fechamento do grupo, ocasionado na restrição dos processos conjuntos e criativos que favoreceriam abertura ao empreendedorismo.

3 Empreendedorismo/ inovação no agroturismo: o capital social nas regiões periféricas e na Amazônia Legal

3.1 Empreendedorismo e inovação

O empreendedorismo e a inovação constituem temas centrais de debates nas teorias atuais de desenvolvimento regional-local, assim como, nos modelos de desenvolvimento focalizados no turismo. Governos, organizações, acadêmicos, setor privado, e a sociedade em geral tem se debruçado sobre estas temáticas, movidos pela busca de novos formatos de aquisição de conhecimento e orientados para a gestão e exploração de recursos, que proporcionem o desenvolvimento da região ou local.

Conforme Albagli e Maciel (2004) a ligação entre empreendedorismo e inovação partiu de Joseph Schumpeter em meados do século XX. O autor trabalhou com a visão mais ampla dos conceitos, percebidos no âmbito de criação de novos produtos, modelos organizacionais, fatores e processos produtivos. Schumpeter é considerado pioneiro na associação do empreendedorismo à inovação, mostrando também a importância dos empreendedores no processo de desenvolvimento econômico, em que:

[...] a essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento de novas oportunidades no âmbito de negócios [...] sempre tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos nacionais em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a nova combinação. (FILION, 1999, p. 5).

As temáticas se investem de novas significações, devido a fatores como o estímulo ao *autoemprego* no contexto neoliberal, com intervenção mínima do Estado; busca pela diferenciação competitiva dos agentes econômicos instigada pela globalização e competição capitalista; avanço na organização da sociedade civil; e maior pressão no empoderamento de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas. Baseado na acumulação de conhecimento, através de um aprendizado contínuo e interativo, cujo afloramento é condicionado pelas especificidades locais,



constrói-se o empreendedorismo-inovação, não dependendo somente da racionalidade econômica e dos atributos interpessoais dos indivíduos, como também dos ambientes onde a cooperação, interação e aprendizado prevalecem (ALBAGLI; MACIEL, 2004; FALCÃO; SANTOS; GOMEZ, 2009; GOMES, 2004; LEMOS, 2001; RAMOS FILHO, 2004).

Para Cassiolato e Lastres (2005) a inovação constitui-se no processo do empreendedorismo, onde novos conhecimentos são agregados à produção de bens e serviços, centrados nas mudanças técnicas e percepção das especificidades que levam à diferenciação e ao desenvolvimento do local. A inovação ganha o seu lugar a partir da capacidade dos indivíduos, das organizações e dos governos possuírem aberturas às mudanças, interação, cooperação e aprendizado, como um ideal de atuação – o *intraempreendedorismo*. De acordo com Filion (1999, p.19) “um empreendedor é uma pessoa que imagina e realiza visões”, em que:

[...] a imaginação é obviamente necessária para que se tenha visões. O termo **visão** denota a habilidade em definir e alcançar objetivos. A diferença entre um sonho e uma visão é o fato da visão ser uma forma realista e alcançável do sonho – em outras palavras, uma imagem desejada de uma situação futura. Também requer um alto nível de consciência do ambiente em que se está inserido para detectar as oportunidades de negócio. Para que uma visão se desenvolva, o empreendedor deve aprender continuamente sobre o meio. Para concretizar a visão e permanecer no negócio deve, também, tomar decisões moderadamente arriscadas. Essas decisões, por sua vez, devem incluir novos elementos. Uma visão implica algo novo que motivará os membros da organização e atrairá o interesse do mercado. Enquanto o empreendedor continuar a imaginar, desenvolver e concretizar visões que formam as tramas em torno da qual as atividades do negócio são organizadas, continuará a assumir um papel empreendedor (FILION, 1999, p.19).

De acordo com George Pierre (1982), a agricultura é a atividade que caracteriza o meio rural, mesmo não sendo a única existente, apresenta-se como fundamental para este espaço, particularmente em países subdesenvolvidos. As características apontadas pelo autor identificam a atividade como sazonal, sendo o tempo de trabalho variável em função das condições climáticas, o que significa que existem períodos em que não se verifica trabalho produtivo no setor, sendo necessária a busca por atividades alternativas que ofereçam sustento nessa época considerada “parada” (PIERRE, 1982). O efeito da sazonalidade deriva das configurações locais nos países considerados desenvolvidos, em que a agricultura é um setor subalterno, e nos países onde ela é basilar, a atividade não consegue sustentar a população:

Primeiro paradoxo desconcertante: a colheita varia na razão inversa da soma dos trabalhos agrícolas. As agriculturas mais ricas, isto é, aquelas que mais produzem em relação ao investimento em dinheiro ou trabalho, são aquelas cuja organização de trabalho e recurso às técnicas permitem reduzir ao extremo o número de pessoas empregadas, quase fazendo desaparecer a população agrícola: um trabalhador ativo



para 100 *ha* ou mais ... O camponês que vive pior é aquele que trabalha mais porque não tem acesso às técnicas produtivas. Para viver melhor ele é levado a procurar atividades complementares, portanto, a trabalhar ainda mais. Os países com técnicas agrícolas pouco eficazes são aqueles onde mais se desenvolve a habilidade para descobrir, à margem da agricultura, recursos suplementares [...]. O trabalho agrícola é sazonal. Quanto menos esse trabalho sazonal fornecer meios de subsistências, mais se torna necessário desenvolver atividades substitutivas para empregar a força de trabalho dos habitantes, nos intervalos dos trabalhos agrícolas anuais (GEORGE, 1982, p. 118).

O autor refere que são tidos como trabalhos alternativos tradicionais, o trabalho itinerante (geralmente, exercido pela população masculina, que deixam a aldeia ou a propriedade rural em busca de serviço em outras regiões) e o artesanato rural (GEORGE, 1982). Vários autores que se debruçam sobre o desenvolvimento rural, retratam o agroturismo como uma das alternativas para diversificar as atividades, tanto como fonte de renda, quanto para melhorar a qualidade de vida da população rural.

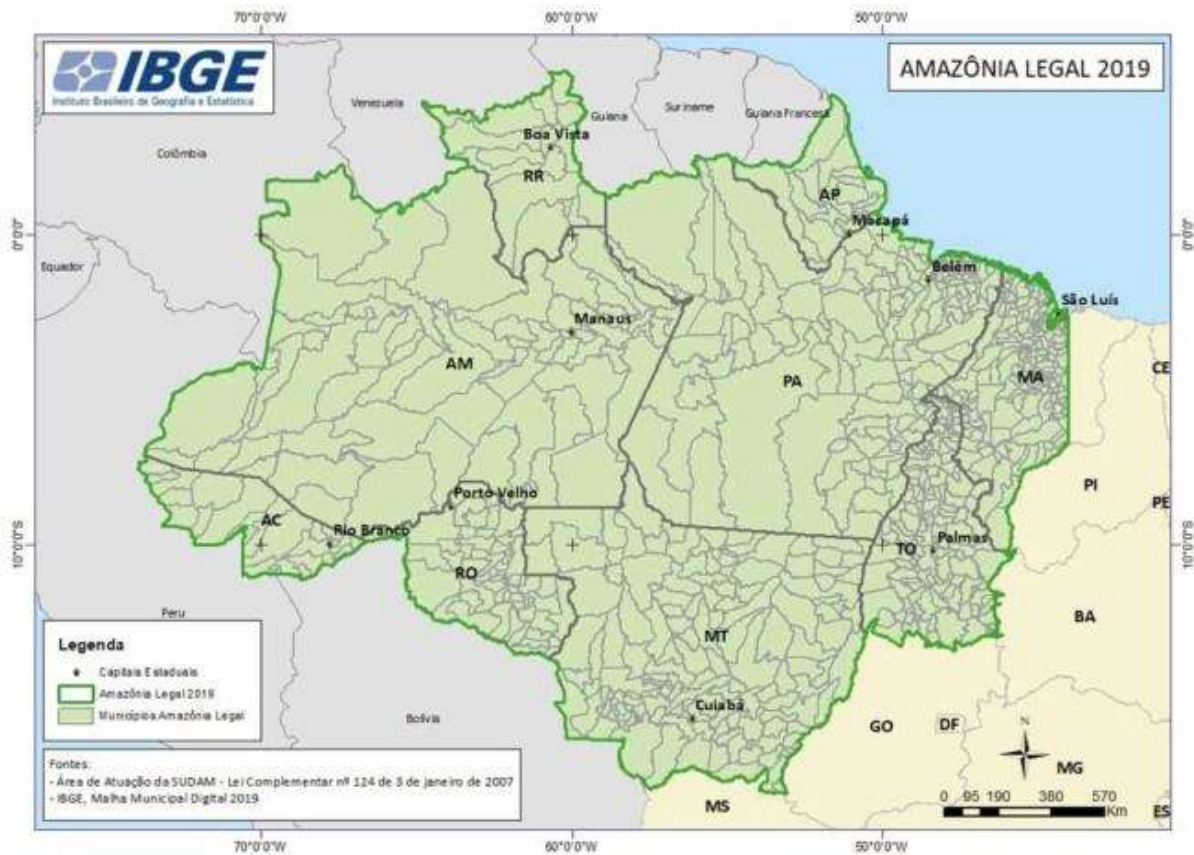
O agroturismo é uma atividade, cujas bases de desenvolvimento são essencialmente às originárias do lugar, focaliza o desenvolvimento no meio rural com base nos recursos produtivos locais, promovendo a diversificação das atividades e conseqüentemente das fontes de rendimento, estimulando também, a revalorização da cultura e do espaço rural. Está atividade, por característica, alicerça-se nas forças endógenas do local, uma vez que preconiza a utilização de recursos próprios do lugar, inclusive, requer que o gestor do negócio seja familiar/doméstica (CAPANHOLA; GRAZIANO, 2000; CAVACO, 1996; GUZZATTI, 2003; VERSIANI, 1999).

Em 2020, o Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo (BIMT) voltado ao Turismo Rural demonstrou que esse nicho desponta como um dos setores mais relevantes no contexto do pós-pandemia, impulsionado pelas preferências dos consumidores por viagens de curta distância e atividades ao ar livre. A publicação do MTur apresenta o Turismo Rural em suas diferentes frentes, como o agroturismo, agricultura familiar, e sua relação com outros segmentos como o Turismo de natureza, Turismo de aventura, dentre outros. Foram elencadas rotas de Turismo em todas as regiões do País, com oferta de experiências múltiplas, o que enriquece as visitas realizadas e a interação com o patrimônio cultural e ambiental ali presente (MTUR, 2020).

A atividade mostra-se exequível, mesmo em regiões periféricas caracterizadas por uma utilização parca das técnicas agrícolas mais evoluídas, apresentando-se também como uma oportunidade para o estímulo ao empreendedorismo e inovação nestas regiões. Para que o agroturismo estimule de forma efetiva o empreendedorismo e inovação no espaço rural, é necessário

que as comunidades estejam abertas ao aprendizado, cooperação e solidariedade, daí a importância do capital social equitativo nesse processo.

Figura 1 - Mapa da Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2019.

Na Amazônia Legal, que envolve sete estados da região Norte (Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins), o Mato Grosso, na região Centro-Oeste, e uma parte do Maranhão, na região Nordeste, as atividades de agroturismo tem alcançado novos patamares.

O estado de Rondônia, por exemplo, tem desenvolvido um trabalho intenso com a secretaria estadual de turismo.

Um dos maiores incentivadores do turismo em Rondônia, o superintendente Júlio Olivar, da Setur, órgão do governo rondoniense responsável pelo segmento turístico no Estado, reconhece que o agroturismo ainda é pouco explorado no Estado, mas destaca experiências bem-sucedidas nesse setor em regiões do interior, mencionando o Projeto Agroflorestal Fazendinha, em Ouro Preto do Oeste, que recebe, sobretudo, turistas domésticos, de vizinhos localizados na região, que vão conhecer como funcionam as lavouras de cacau e a criação, em cativeiro, de peixes pirarucu. Segundo Olivar, isto leva a outros setores, como meios de hospedagens na própria fazenda e a



gastronomia local. ‘Em Nova União existem pelo menos seis fazendas que já manifestaram interesse em aderir a este segmento turístico’, informa o superintendente. (PEREIRA, 2018).

Rondônia é um dos maiores produtores de soja, milho e café na região Norte do Brasil e também possui um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil, sem falar nas lavouras de girassol, cacau e uva. Além disso, o estado conta com belezas naturais associadas às atividades de bovinocultura, agricultura, criação de peixes em cativeiro e a equoterapia que têm atraído cada vez mais a atenção dos turistas para o agroturismo (PEREIRA, 2018).

Outra experiência de agroturismo encontra-se no estado do Pará, com o cacau na transamazônica têm gerado grandes expectativas de desenvolvimento sustentável com a indústria do cacau e o agroturismo:

A diversificação por meio do turismo surge, por um lado, como uma alternativa para os agricultores familiares se adaptarem às novas condições de mercado e, por outro, em razão dos diversos segmentos da atividade turística, surge para valorizar a relação entre produto e território, atrelada ao resgate de valores históricos e culturais e à valorização do patrimônio natural regional. (NUNES, 2019, p. 68).

Vê-se na citação acima que a variedade de possibilidades de geração de renda nas áreas rurais é imensa, desde que haja uma assistência direta (pública ou privado/governamental ou não-governamental) ao pequeno produtor ou agricultor familiar. As funções da agricultura familiar podem adquirir finalidades ambientais, paisagísticas ou culturais, de lazer e prestação de serviços, e elas demandam ações públicas (FLEXOR; GRAVIRIA, 2003).

No estado do Amazonas, destacamos o município de Itacoatiara, a 264 km de Manaus, em que a zona rural da “Velha Serpa” formada por distritos municipais como Novo Remanso, apresenta grande desenvolvimento de atividades agroturísticas. Velha Serpa se destaca como o mais desenvolvido e populoso e tem se lançado, junto a outras 27 localidades espalhadas pelo Estado, como candidato a novo município, em 2011, colocando a crescente produção e comercialização do abacaxi como seu principal argumento para a separação do município-mãe (PACHECO, 2018, p. 120).

Já conhecido pela Festa do Abacaxi, o distrito tem auxiliado na geração de recursos para a região que, aos poucos, vai se ajustando para receber um número cada vez maior de visitantes todos os anos. E a presença de áreas naturais bem preservadas – em contraste com a abertura de outras para o plantio do abacaxi e a pecuária – vem gerando discussões para uma possível viabilidade para outras atividades turísticas relativas à agropecuária e meio ambiente (PACHECO, 2018, p. 121).



Para Pacheco (2018), a abertura dessas fazendas a visitantes e a criação atividades de entretenimento e roteiros de visitas “propiciaria um aumento na renda não apenas dos próprios donos, mas também dos trabalhadores sem precisar comprometer a produção e os trabalhos internamente realizados”. Há um entendimento de que o turismo rural possa proporcionar uma experiência com a ruralidade local, sem comprometer suas funções. Quanto aos trabalhadores da agricultura familiar, o desenvolvimento do turismo rural, seria mais uma oportunidade de geração de renda à unidade familiar, caso uma estrutura de recepção aos turistas fosse oferecida com apoio público ou privado.

No Tocantins, existem várias localidades com características que podem ser aproveitadas e desenvolvidas para o agroturismo, mas destacaremos a comunidade de Taquaruçu, distrito de Palmas, Tocantins, com potencial para desenvolver o agroturismo e gerar renda a comunidade local. Localizado a 32 km da capital a comunidade abriga diversas cachoeiras e trilhas, além de atrativos culturais e gastronômicos. e que o município possui vocação para tal (BERALDO; MELO; BRITO; GALVÃO, 2020, p. 5).

Os produtores da região, em transição do sistema convencional para o agroecológico, vêm trabalhando com práticas inovadoras e no caminho para a certificação de seus produtos. Além de buscarem implantar métodos que atraiam e gerem interação com o turista, como aulas de artesanato, culinária típica local, interação com a agrofloresta e comercialização de produtos, entre outros (BERALDO; MELO; BRITO; GALVÃO, 2020, p. 5).

Em Roraima, a primeira experiência com agroturismo, provém de um projeto maior no turismo rural, contemplado no Plano Plurianual do Governo do Estado, denominado “Vivendo Roraima pelos Cavalos Lavradeiros”, resultado de uma parceria entre o Departamento de Turismo da SEPLAN (Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento) juntamente a empresa Brasil Turismo. Segundo Bezerra e Ferko (2018), uma das fazendas no município de Bonfim no estado de Roraima possui atividades rurais iniciadas no ano de 1990 e tem cerca de 2.176 hectares de área de extensão. O meio de renda, que sustenta a propriedade é a criação de animais e também a agricultura irrigada por meios de sistemas de irrigação e fertirrigação. Atualmente a propriedade possui uma agricultura centrada na produção de melancia, maracujá, banana e macaxeira. Essa produção é vendida para Manaus e algumas frutarias da capital Boa Vista. Há cerca de 10 anos os proprietários estão na tentativa de inserir o turismo rural na propriedade, devido a sua riqueza natural, o contato direto com a natureza, a presença de um imenso lago artificial, criação de animais, prática da agricultura e espaço propício ao camping (BEZERRA; FERKO, 2018, p. 263).



No Estado do Acre, foram desenvolvidas “Rotas Turísticas Regionais do Acre”, definidas em dois pólos, o Pólo do Vale do Acre e o Pólo do Vale do Juruá. A primeira composta por “Caminhos de Chico Mendes”, “Caminhos da Revolução” e “Caminhos do Pacífico” e no Vale do Juruá pela rota “Caminho da Biodiversidade e das Aldeias”. Todos formando corredores interligados voltados à divulgação de informações de produtos turísticos (LIMA; CORIOLANO, 2016, p. 202).

Diversos são os eventos culturais na região, sobressaindo os festivais de praias realizados em vários municípios, a Expojuruá, em Cruzeiro do Sul, ligada ao turismo de eventos e negócios, Festival do Açaí em Feijó, Festival do Abacaxi em Tarauacá, festas estas ligadas aos valores culturais e econômicos. Além dessas, também existem as festividades ligadas ao turismo religioso como o novenário de Nossa Senhora da Glória, em Cruzeiro do Sul e, em Tarauacá, as comemorações ao padroeiro do município, na Festa de São Francisco (LIMA; CORIOLANO, 2016, p. 205).

No Amapá, existem experiências piloto de turismo no entorno do Parque Nacional – PARNA Cabo Orange, localizado no extremo norte do país. Foi escolhida a RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) do rio Iratapuru foi escolhida para ser a área piloto de projetos de turismo. Como justificativa, argumentou-se sobre a existência de elementos interessantes para um possível roteiro turístico. Assim, o roteiro seria idealizado juntamente com a comunidade local do Iratapuru para poder dar visibilidade ao trabalho comunitário da coleta, extração e beneficiamento da castanha-da-amazônia. Uma vez integrado este roteiro, o sucesso dele daria condições para que outras áreas naturais do estado pudessem entrar no rol da transformação da natureza em mercadoria turística e assim propagar o Amapá como o estado mais preservado e preocupado com o bem-estar das suas populações tradicionais (GOMES, 2007, p. 96).

No estado do Mato Grosso, o pantanal é cenário de muitas atividades relacionadas ao turismo rural, registrando suas primeiras com turistas que vinham praticar a pesca, na década de 60. Com o passar dos anos, outras atividades rurais atraíram turistas para o estado, chegando a movimentar R\$ 104,1 milhões na economia, em 2014, conforme o Observatório de Turismo de Corumbá. A atividade turística na região está baseada nos seguintes segmentos: Turismo de Pesca, Ecoturismo e Turismo Rural buscando aos poucos o desenvolvimento e inserção para o Turismo Étnico, pois o município possui uma expressiva população de indígenas da etnia Terena (GONÇALVES, 2016, p. 70).



No Maranhão, o sul do estado se destaca por inúmeras atividades de ecoturismo, na região da Chapada das Mesas. Os municípios de Riachão, Carolina, Estreito e Fortaleza dos Nogueiras são muito procurados por suas belezas naturais, como cachoeiras exuberantes, sítios arqueológicos, grutas com águas cristalinas e rios. Mais ao litoral, existe outra região maranhense pertencente à Amazônia Legal, trata-se da Floresta do Guarás: possui inquestionável potencial ecoturístico. É constituído por uma área de litoral amazônico recortado, formando um mosaico de ilhas e as Reentrâncias Maranhenses, perfeito para a observação de aves, interpretação da biodiversidade Amazônica e de seus ecossistemas de transição, estudos do meio natural e humano, trilhas pelas praias e pelos canais das reentrâncias maranhenses (SETUR/MA, 2020).

O turismo pode emergir como fenômeno capaz de transformar a economia das comunidades rurais, especialmente, na Amazônia Legal, ameaçada constantemente pelo crescimento ostensivo do agronegócio. O turista, através do agroturismo, pode acessar lugares que lhe permitam experiências para além de valores materiais, ou seja, valores voltados ao patrimônio histórico cultural, natural e ao saber local, onde possa se vivenciar e aprender com a dinâmica local, ambiente este em que se constrói o turismo com gestão participativa (KRIPPENDORF, 2009). Portanto, se faz necessário um diálogo entre capital, sustentabilidade e empreendedorismo com as políticas públicas para que o agroturismo se efetive como possibilidade de transformações das realidades das comunidades rurais.

3.3 Capital social e o empreendedorismo/Inovação em agroturismo

Rodrigues *et al.* (2006), Ramos Filho (2004), Currie, Seaton e Wesley (2009), Portuguez (1999), argumentam que, para que o agroturismo promova o desenvolvimento do local, é imprescindível um planejamento integrado pautado no envolvimento de todos os atores e sugerem a existência da cooperação, interação por parte dos indivíduos, e um aprendizado constante em relação ao ambiente e os elementos que dele fazem parte. A cooperação e interação, só poderão ter lugar se houver confiança entre os indivíduos ou comunidades, pois, é a partir dela que os indivíduos se mostram abertos a partilhar seus conhecimentos e estabelecer parcerias que resultem no bem comum (ALVES, 2006; ALBAGLI; MACIEL, 2002; 2004).

Os autores que estudam sobre empreendedorismo e inovação, apresentam-nos esses instrumentos como “tubo de escape” para superar as limitações de desenvolvimento impostas ora pela conjuntura, ou pela estrutura, ou ainda para vencer a competitividade acirrada imposta pelo mercado. A alimentação dos brasileiros é majoritariamente produzida em meio rural pela agricultura



familiar, composta por pequenos produtores, tais como os povos indígenas, comunidades quilombolas, assentados de reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Contudo, esses produtores têm acesso a apenas 14% de todo financiamento disponível para agricultura no país, uma realidade que poucos conhecem no país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Em se tratando da Amazônia Legal, esta questão se torna ainda mais preocupante, uma vez que o interesse do capital está acima das políticas públicas que visam o desenvolvimento do pequeno e médio produtor rural, com todo o potencial que eles têm apresentado, mesmo em situações adversas. A busca desenfreada pelo lucro por parte de empresas privadas é contrária às necessidades da população, dos povos tradicionais, da fauna e flora. Baseia-se na valorização do agronegócio, que, normalmente, não produz alimentação para os seres humanos, tem práticas insustentáveis e suprimem a agricultura familiar que “carrega nas costas” a diversidade e a soberania alimentar, base para a qualidade de vida. Sendo 77% dos estabelecimentos agropecuários provenientes da agricultura familiar (IBGE, 2017).

Nesta ordem de ideias, para que o agroturismo estimule o empreendedorismo e a inovação no espaço rural da Amazônia Legal, valendo-se das diferentes formas de capital (físico, humano e social) como forma de superação das limitações no desenvolvimento, é necessário que os indivíduos estejam munidos de intraempreendedorismo, ou seja, que suas ações sejam orientadas pela busca constante de conhecimentos novos (tácitos ou codificados), de modo que consigam visionar continuamente novas oportunidades de utilização dos recursos, e por essa via promover a diferenciação e o desenvolver do local ou região. É neste âmbito, que o capital social se apresenta como um elemento fundamental para o sucesso dos empreendimentos agroturísticos, porque não basta o “espírito” empreendedor e inovador, é necessário que a região esteja munida de considerável capital social. Como refere Albagli e Maciel (2002, p. 3):

[...] o complexo de instituições, costumes e relações de confiança locais conducentes à cooperação assume um papel crítico para o empreendedorismo, assim como as relações – pessoais e sociais – que constituem os principais veículos ou canais por meio dos quais o aprendizado e a inovação têm lugar.

As discussões sobre o capital social nos diversos contextos, em particular do turismo, revelam-se como um instrumento essencial para o empreendedorismo e a inovação nas comunidades rurais, através da fomentação do agroturismo e, por via disso, o seu desenvolvimento do lugar. No entanto, é necessário ter em vista que o capital social não se reveste somente de relacionamentos permanentemente harmoniosos, pela complexidade em que a natureza humana se



investe, aliados ao fato do poder ser desigualmente distribuído, bem como, a divergência de interesses dos indivíduos, suscita a ocorrência de conflitos que devem ser geridos com vista a manter a harmonia na rede das relações sociais.

4 Considerações finais

Após a análise da temática em questão, conclui-se que em relação as noções que estruturam o conceito de capital social, os pensadores contemporâneos, não incorporaram qualquer ideia verdadeiramente nova, essas fontes estão nos pensadores clássicos. Reafirmando que os clássicos não estão presos em um período particular, pois fundam campos de saber que se constituem em legados que renovados indicam possibilidades surpreendentes, como a estrutura do capital social. Os autores contemporâneos atualizaram e estruturaram as ideias já desenvolvidas para criar o conceito do capital social, que se constitui nas redes de relações sociais entre indivíduos ou grupos de indivíduos, que impingidos pelo aprendizado interativo, confiança, cooperação buscam o objetivo comum e tem o seu campo de atuação mais estável com o apoio obtido dentro da rede. A confiança e a reciprocidade proporcionam relacionamentos estáveis e duradouros, melhorando deste modo, a eficiência das organizações e previsibilidade do ambiente em que se atua. O aprendizado interativo, tido como obtenção de conhecimentos através das relações interpessoais constantes, além de ser parte integrante do capital social, favorece melhores condições de competitividade e desenvolvimento.

Nesse ponto de vista, e diante das suas características, o agroturismo mostra-se como uma oportunidade de empreendedorismo e inovação em regiões rurais, uma vez que, o caráter interativo do empreendedorismo-inovação, faz com que a sua ocorrência seja realizada com base na contribuição de diversos agentes socioeconômicos que possuem diferentes tipos de informações e conhecimentos, em diferentes níveis de atuação.

Entretanto, para que o agroturismo estimule de forma efetiva o empreendedorismo e inovação no espaço rural das regiões subdesenvolvidas, é necessário que as comunidades estejam abertas as diversas cooperações, daí a importância do capital social nesse processo. Deve-se, portanto, atentar para as complexidades das relações entre os membros e os interesses divergentes dos indivíduos que suscitam conflitos, que por sua vez, devem ser geridos com vista a manter a harmonia na rede das relações sociais.



A Amazônia Legal, é uma das regiões mais ricas em cultura e belezas naturais, sendo estes, pontos favoráveis para a movimentação turística do local. Com isso apresenta grande potencial para este nicho de atividade no turismo, todavia, há que se cuidar de questões basilares, primordiais e essenciais em torno das atividades econômicas desenvolvidas pelos pequenos e médios produtores da região, como a inclusão do produtor rural e do agricultor familiar na Lei do Turismo e, posteriormente, no Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, visando ao mapeamento desses produtores bem como sua aproximação das políticas públicas de turismo desenvolvidas pelo MTur (RIMT, 2020).

Por fim, entendemos que, para o agroturismo se desenvolver efetivamente na Amazônia Legal e em outras regiões periféricas do país, será necessária a atuação efetiva do Estado, com a implementação de políticas públicas mais intensivas de apoio ao pequeno e médio produtor, de maneira a disseminar empregos e geração de renda nas áreas rurais produtivas e garantir que as cadeias produtivas se sustentem a partir da geração de emprego, distribuição de rendas e realização profissional das comunidades locais.

Referências

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local: Redes de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: FERJ, 2002. Disponível em: <http://www.ie.uferj.br/redesist>. Acesso em: 23 jan. 2013.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 33, n.3, p.9-16, 2004.
- ALVES, J. M. Papéis e relações desempenhados pelos agentes, instituições e organizações presentes no território do agroturismo: um estudo de caso na região Centro- Serrana do Espírito Santo. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 30., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.search-docs.com/agroturismo.html>. Acesso em: 17 set. 2012.
- BEZERRA, S.S.; FERKO, G.P.S. Turismo Rural versus o Turismo Não-Rural: estudos de casos em Roraima. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.2, mai/jul 2018, pp.250-272.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- BOURDIEU, P. **Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-69.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. *In: RICHARDSON, J. (Org.) Handbook of theory and research for the sociology of education*. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 241-258. Disponível em: <https://www.socialcapitalgateway.org/sites/socialcapitalgateway.org/files/data/paper/2016/10/18/rbasicsbourdieu1986-theformsofcapital.pdf>. Acesso: 20 maio 2020.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O turismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. *In: ALMEIDA, J. A. ; RIEDL, M. (org.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 145-179.



- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL*, 1999, Piracicaba. **Turismo no espaço rural brasileiro**. Piracicaba: FEALQ, 1999.
- CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista Economia Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 247-272, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/03.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.M.M. Sistema de inovação e desenvolvimento as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n.1, p. 34-45, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a03.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. *In: RODRIGUES, A. B. (org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, n. 94, p. 95-120, 1988. Disponível em: URL: <http://www.jstor.org/stable/2780243>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- CURRIE, R.; SEATON, S.; WESLEY, F. Determining stakeholders for feasibility analysis. **Annals of Tourism Research**, v. 36, n. 1, p. 41-63, 2009. Disponível em: URL: <http://www.elsevier.com/locate/atoures>. Acesso em: 29 maio 2012.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**: as regras do método sociológico; as formas elementares da vida religiosa. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura; Luz Cary, Margarida Garrido Esteves e J. Vasconcelos Esteves. Seleção de textos: José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- FALCÃO, M. C.; SANTOS, C. F. S. O.; GOMEZ, C. R. P. Arranjos e sistemas inovativos produtivos locais: inovação e desenvolvimento para destinos turísticos – o caso de Porto de Galinhas. **Pasos**, v. 7, n. 3, p. 433-450, 2009. Disponível em: <http://www.pasosonline.org>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- FGV-GV AGRO. **Amazônia Legal**: propostas para uma exploração agrícola sustentável. São Paulo: FGV; EESP, 2016. Disponível em: <http://gvagro.fgv.br/pesquisa>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e gestores-proprietários de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999. Disponível em: <HTTPS://WWW.furb.br/2005/arquivos/774565-876438/empreendedorimo.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012
- FLEXOR, G.; GAVIRIA, M. A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty. *In: CARNEIRO, M. J. ; MALUF, R. (org.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro, Ed. MAUAD, 2003.
- FRANCO, A. **Capital social**. Brasília, DF: Instituto de Política Millennium, 2001.
- FRANCO, A. Desenvolvimento, capital social, redes sociais e sustentabilidade: o conteúdo de minhas palestras no período 2003-2005. *In: FRANCO, A. (org.). Humana aprendizagem interativa*: Augusto de Franco: bio-bibliografia, 2005. Disponível em: <http://humana.social/augusto-de-franco-bio-bibliografia/>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FURUBUTON, E. G.; RICHTER, R. **Institutions and economic theory**: the contribution of the New Institutional Economics. Michigan: The University of Michigan Press, 2000.
- GEORGE, P. **Geografia rural**. São Paulo: Dife, 1982.



- GOMES, A. F. **O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local.** 2004. Disponível em: <http://www.search-docs.com/agroturismo.html>. Acesso em: 17 set. 2012.
- GOMES, E. L. S. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá.** Belém/PA: UFPA, 2007. Dissertação de Mestrado.
- GONÇALVES, D. F. **Turismo de Experiência, Culturas e Desenvolvimento: uma relação possível para o Pantanal Mato-Grossense na sub-região de Miranda?! Blumenau/SC: FURB,** 2016. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional.
- GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um Programa de Agroturismo nas Encostas da Serra Geral Catarinense.** 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://www.search-docs.com/agroturismo.html>. Acesso em: 17 set. 2012.
- HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- IBGE. **Censo agro.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 18 set. 2020.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph, 2009.
- LEMONS, C. **Inovação para arranjos de sistemas de MPME.** Redes de Sistemas Inovativos Locais, 2001. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF1/NT%2003%20Inovacao.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.
- LIMA, D.S.; CORIOLANO, L.N.M.T. O turismo regional e suas experiências comunitárias no Estado do Acre. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.9, n.2, mai/jul 2016, pp.201-215.
- LIN, N.; COOL, K.; BURT, R. **Social capital: theory and research.** New York: Aldine de Gruyter, 2001.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. In: MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos.** 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).
- MARX, K. **O capital.** São Paulo: Abril, 1983. (Série Os Economistas, v.1).
- NUNES, H. S. J. **Do cacau ao chocolate: contribuição do agroturismo ao desenvolvimento territorial na região transamazônica-PA.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- PACHECO, M.V. Análise do potencial agroturístico de um distrito municipal de Itacoatiara (AM). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.1, fev/abr 2018, pp.120-131.
- PATUSSI, M. P. *et al.* Capital social e a agenda da pesquisa epidemiológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1525-1546, ago. 2006.
- PEREIRA, C. Nova modalidade de turismo nas propriedades rurais em RO. In: **Diário da Amazônia**, 2018. Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/nova-modalidade-de-turismo-nas-propriedades-rurais-em-ro/>. Acesso em 02 de junho de 2020.
- PEREIRA, C. Nova modalidade de turismo nas propriedades rurais em RO. **Diário da Amazônia**, Porto Velho, 28 maio 2020.
- PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na Sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, v. 33, p.133-158, 2000.
- PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional.** São Paulo: Hucitec, 1999.



- PUPIO, E. G. S.; ASSIS, W. S. Dinâmicas territoriais e impactos socioambientais na Amazônia – o agroturismo como perspectiva de desenvolvimento local sustentável. *In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 3., Belém, 2017. **Anais [...]**. Belém: UNIFESSPA, 2017.
- PUTNAN, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- RAMOS FILHO, L. O. et al. Aplicação do sistema ‘Apoia-Novo Rural’ para avaliação do desempenho ambiental do aroturismo. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 409-423, 2004. Disponível em: <http://www.search-docs.com/agroturismo.html>. Acesso em: 17 set. 2012.
- RIVEROS, H.; BLANCO, M. **El agroturismo**: uma alternativa para revalorizar la agroindústria rural como mecanismo de desarrollo local. Lima: PRODAR, 2003.
- RODRIGUES, G. S. et al. Gestão ambiental das atividades rurais: estudo de caso em agroturismo e agricultura orgânica. **Agric.**, São Paulo, v. 53, n.1, p. 17-31, 2006. Disponível em: <http://www.search-docs.com/agroturismo.html>. Acesso em: 17 set. 2012.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Universidade São Paulo, 2006.
- SETUR/MA. Ecoturismo, 2020. Disponível em: <https://www.turismo.ma.gov.br/ecoturismo-2/>. Acessado em 23/06/2021.
- SILVA, K.; FONSECA, M. A. P. O papel do residente na produção do espaço turístico em Natal/RN. *In: SOUZA, M. (Org.). Política de turismo e desenvolvimento*. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010. p. 181-197.
- SIMMEL, G. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. *In: SOUZA, Jessé, OELZE, Berthold (Orgs.). Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 2005.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In: VELHO, O. G. (org.). O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1967. p.13-28.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- VERSIANI, I. Maioria dos agricultores tem outras fontes de rendimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 dez. p. 2-8, 1999. Disponível em: www.folha.uol.com.br. Acesso em: 5 abr. 2013.
- WEBER, M. Classe, status, partido. *In: VELHO, O. G. PALMEIRA, M. G. S. & BERTELLI, A. R. (org.). Estrutura de classes e estratificação social*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2000. 2v.
- XIMENES, T. Capital Social, Redes Sociais e Inovações Produtivas. **Ambiente e Sociedades**. Campinas, v. 21, n.2, jul/dez. 2008. p. 389-404.